



Câmara dos Deputados
Comissão de Educação

REQUERIMENTO Nº

Requer seja encaminhado
Requerimento de Informação ao
Ministério da Educação sobre o
Fundo de Financiamento Estudantil.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, Requerimento de Informação ao Excelentíssimo Senhor Renato Janine, Ministro da Educação, solicitando resposta às indagações abaixo, conforme Requerimento nº 91, de 2015, de minha autoria, aprovado em reunião da Comissão de Educação realizada hoje, dia 8 de julho:

1. Quantos aditivos contratuais foram realizados com semestralidade acima de 6,41% e se foram feitos repasses e recompras de tais aditivos.
2. Em caso positivo ou negativo de repasse de certificados e recompras, quais os valores envolvidos até a presente data?
3. Em termos de valores em 2014, quanto ingressou em pagamentos de contratos do Fies e qual a previsão para 2015?
4. Quais os índices de inadimplência do Fies?
5. Qual o percentual de desistência do Fies?
6. Os certificados estão sendo repassados e a recompra está sendo realizada dentro do cronograma previsto na Lei nº 10.260, de 2001, e Portaria 23, de 26 de dezembro de 2014?
7. Com a abertura do Fies para o segundo semestre, quando serão realizados os repasses de certificados: dentro do exercício fiscal de 2015 ou em 2016?
8. O Ministério da Educação ampliou sua estrutura de servidores e preparou o sistema, no início do ano, para evitar que houvesse o congestionamento da rede no momento da inscrição e do aditamento ao Fies?

9. Quais as justificativas para as novas medidas em relação ao Fies publicadas pelo MEC, como a ausência de datas de abertura de prazos e a seleção de regiões prioritárias, que não incluíram, por exemplo, o norte de Minas Gerais?

JUSTIFICAÇÃO

Embora a Comissão tenha recebido o Senhor Ministro da Educação e seus Secretários em Audiência Pública, ainda são muitos os questionamentos que têm sido apresentados por representantes de instituições de ensino e de alunos, sem que tenhamos resposta que esclareçam de forma precisa essas dúvidas.

Dessa forma, solicito a Vossa Excelência que se digne requerer as presentes informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, por entendemos ser o Requerimento de Informação a forma prevista tanto na Constituição Federal quanto no Regimento Interno para que o Parlamento possa dirimir suas dúvidas, sendo as respostas que ora requeremos fundamentais para no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 8 de julho de 2015.

Deputado Saraiva Felipe PMDB/MG
Presidente da Comissão de Educação